

INFLAÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA DE BALANÇOS:

A Percepção dos Usuários Sobre a Revisão de Preços e Registros Contábeis

RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar a percepção de inflação e da correção monetária de balanços entre pessoas de diversas formações. Para tanto, aplicou-se um questionário direcionado para dois grupos: respondentes que possuem formação em ciências contábeis, completa ou em andamento (contabilistas) e que possuem formação em outras áreas de conhecimento (não contabilistas). De tal modo, para os contabilistas questionaram-se aspectos referentes ao fim da obrigatoriedade da correção monetária de balanços, bem como sobre a inflação percebida atualmente. Para o grupo de não contabilistas foram aplicadas perguntas sobre a inflação de uma forma geral. Acrescenta-se, ainda, que em ambos os grupos foram solicitadas opiniões em comum sobre a inflação, com o objetivo de avaliar se há diferença de opinião entre contabilistas e não contabilistas. Os principais resultados demonstram que, para os dois grupos, a percepção é de que existe inflação e de que ela afeta o poder de compras dos participantes. Com relação à correção monetária, a opinião do grupo de contabilistas indica que a inflação impacta os demonstrativos contábeis das empresas e que o fim da correção monetária não foi oportuno. A necessidade de se repassar aos balanços os efeitos da inflação foi entendida como uma ação necessária pelos contabilistas, que concordam que a inflação distorce os demonstrativos atuais. Ademais, 57,6% dos contabilistas indicam que a inflação atual vem sendo compensada nos demonstrativos das empresas atualmente. Finalmente, em termos comparativos, observou-se discrepância na percepção da inflação entre o grupo de contabilistas e não contabilistas e, de maneira geral, entre homens e mulheres que também possuem percepção discrepante sobre a inflação.

Palavras-chave: Inflação. Percepção de inflação. Correção monetária. Lei 9.249/1995.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil viveu ao longo do século XX um período de mudanças na economia, oscilando entre períodos de crescimento acelerado e épocas de recessão. Entre as décadas de 1960 a 1990 o país conviveu com taxas de inflação anuais que variaram de 18% a uma hiperinflação de aproximadamente 200% ao ano. Frente a esse cenário foram definidos normativos para permitir que a contabilidade refletisse a variação no nível geral de preços e que a escalada inflacionária fosse representada nos demonstrativos contábeis das entidades.

Para que a contabilidade atinja seu objetivo de fornecer informações úteis aos usuários, é preciso que os registros expressem a verdadeira situação da entidade, inclusive ao longo do tempo (NIYAMA; SILVA, 2011). A correção monetária de balanços foi adotada com vistas a permitir a atualização dos valores das demonstrações contábeis de forma a refletir a inflação que afeta o mercado, buscando tornar esses registros mais próximos à realidade e permitindo uma análise mais confiável e verdadeira dos dados.

A partir da adoção do Plano Real em 1994, a inflação foi reduzida a patamares inferiores aos observados nos anos de hiperinflação. Consequentemente, em 1995 a correção monetária de balanços foi extinta por meio da promulgação da Lei 9.294 (1995). Partindo do princípio que uma economia com baixos índices inflacionários não é, necessariamente, um país sem inflação, Martins (2000) aponta que na contabilidade os modelos utilizados para a mensuração não são mutuamente excludentes – não corrigir as demonstrações para fins de publicação, então, não desconsidera seu uso como ferramenta informacional ou gerencial.

A contabilidade a nível geral de preços, a inflação – e a correção decorrente das variações nos valores mensuráveis em moeda – apresenta-se como um assunto oportuno, relevante e que atinge a sociedade de uma forma geral. Com base nos aspectos até aqui apresentados, o presente estudo procura responder a seguinte questão de pesquisa: qual é a percepção da população brasileira sobre a inflação e suas características gerais?

Desta forma, este trabalho tem por objetivo analisar a percepção acerca da inflação e da correção monetária de balanços pela população. Tal foco se justifica na contribuição acerca do conhecimento sobre como tais matérias são encaradas pelos brasileiros. Adicionalmente, espera-se que este trabalho contribua para a literatura atual sobre a contabilidade a nível geral de preços.

O trabalho foi estruturado em quatro partes: uma revisão da literatura sobre inflação e correção monetária, o detalhamento da metodologia para a pesquisa, a avaliação dos resultados e as conclusões. Como contribuição, este trabalho visa a complementar a literatura sobre inflação e correção monetária, através de uma análise de percepção comparativa entre grupos distintos por idade, gênero e formação acadêmica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico apresenta, a seguir, uma análise acerca da inflação e seus impactos na economia, bem como um levantamento do histórico da correção monetária de balanços.

2.2 Inflação

A inflação é um fenômeno que pode ser definido como uma redução do poder aquisitivo de uma moeda ou como um aumento do nível geral de preços de forma continuada (GRIFFITHS, 1981 apud MENDES, 2006). Hendriksen e Van Breda (2007) pontuam que a inflação é um fato importante e que afeta quase todos os países do mundo. Em 1993, Fonseca pontuava que a inflação é perniciososa por destruir o acordo moral básico que alicerça a ordem democrática e o funcionamento do mercado. Silva, em 1981, pontuava que de maneira comum a inflação é definida como um aumento persistente no tempo do índice geral de preços. Já para Monteiro e Marques (2006), pode-se dizer que a inflação está relacionada às variações nos índices gerais de preços e que a variação no nível geral de preços consiste em uma média ponderada das alterações nos preços de uma variedade de produtos.

No Brasil, foram experimentados no século XX cenários divergentes em termos de inflação. Entre os anos de 1964 e 1983 as taxas anuais de inflação tiveram um comportamento de variação significativa, com observações de inflação anual mínima de 18% entre os anos de 1967 e 1973 que, posteriormente alcançou patamares de 200% no início de 1983 (SIMONSEN, 1985). Em 1984, a hiperinflação chegou a 223,90% e em 1985 a 235% (MENDES, 2003).

A percepção de Dornbush (1997) é que, com a implantação do Plano Real, a partir da Medida Provisória 434 (1994), convertida na Lei 8.880 (1994), após uma década de diversas tentativas sem sucesso de estabilização, o Brasil conseguiu realizar um grande progresso. O país, que já experimentou esses períodos de hiperinflação, atualmente convive com um nível mais baixo, chegando, no terceiro trimestre de 2011 a uma estimativa de inflação de 6,4%, 4,7% para 2012 e uma projeção de 4,5% para o terceiro trimestre de 2013 (BACEN, 2011). O Gráfico 1, a seguir, apresenta a trajetória da inflação no período de 1992 a 1997.

Gráfico 1: Inflação do Brasil de 1992 a 1997

Fonte: Dornbusch (1997)

A contabilidade trabalha com a moeda como item de mensuração; a moeda, no entanto, não é constante no tempo. Para que a contabilidade atinja seu objetivo de fornecer informações úteis aos usuários, é preciso que os registros expressem a verdadeira situação da entidade, inclusive ao longo do tempo (NIYAMA; SILVA, 2011).

A correção monetária de balanços é uma prática que visa a atualizar os valores das demonstrações contábeis para refletir a inflação que afeta o mercado, buscando tornar os registros mais próximos à realidade e permitindo uma análise mais confiável e verdadeira dos dados. A correção monetária, no entanto, foi extinta em 1995 através da promulgação da Lei 9.294. Os efeitos da inflação, contudo, continuam sendo percebidos pela população, e as demonstrações contábeis não vem sendo indexadas, logo os registros contábeis não vem sofrendo atualização por conta da perda do valor aquisitivo da moeda. A seguir, são apresentadas informações adicionais sobre a correção monetária de balanços.

2.1 A Correção Monetária de Balanços

Correção monetária pode ser entendida como a aplicação de indexação, e em geral se considera que ambas as expressões podem ser utilizadas, tendo o mesmo significado. De acordo com Oliveira et al (2011), a indexação é considerada como o processo de transformar determinados valores nominais em moeda representativa de um mesmo poder aquisitivo posterior. Já para Monteiro e Marques (2006) a correção monetária pode ser definida como a indexação de valores, por meio de reajuste periódico e sistemático, de acordo com os índices oficiais de inflação.

Nesse sentido, a correção monetária procura eliminar dos balanços distorções por meio do ajuste de valores do custo histórico dos ativos não monetários e do capital próprio registrado nas contas do patrimônio líquido à moeda da data do balanço. Em suma, a correção tem como objetivo fazer com que o custo histórico de um determinado ativo seja expresso em moeda com o poder aquisitivo da data do balanço, e não na moeda histórica da época da aquisição ou produção desse ativo.

Segundo Padoveze (1997) a correção monetária de balanço parcial consistia na atualização das receitas, despesas e as depreciações do período, no ajuste dos efeitos das variações monetárias ativas e passivas, na atualização das contas do ativo permanente e patrimônio líquido e apresentação do lucro líquido do exercício em moeda de poder aquisitivo constante, na data do encerramento do exercício. A Correção Monetária Integral foi desenvolvida no Brasil em virtude das altas taxas inflacionárias, ocorridas na década de 80 e

das novas necessidades dos usuários da informação contábil - muitas delas decorrentes de falhas na sistemática oficial de apuração da correção monetária.

Ainda segundo Padoveze (1997), a técnica da correção monetária integral foi um avanço em relação à correção monetária parcial. A correção monetária integral é norteadas por dois aspectos:

- a) Correção monetária de balanço, como ganho ou perda real; e
- b) Ajuste dos dados da demonstração de resultado, para valores em moeda de poder aquisitivo, na data do encerramento do exercício.

A correção monetária integral foi instituída pela CVM, através da Instrução CVM nº 64 (1987), que foi substituída pela Instrução CVM nº 191 (1992) - onde surgiu a Unidade Monetária Contábil (UMC). De acordo com Iudícibus et al (2010), tal Instrução tornou-se obrigatória, para as empresas de capital aberto, em que a publicação de demonstrações contábeis complementares eram apuradas de acordo com a Correção Monetária Integral.

No Brasil, a correção monetária era obrigatória até o ano de 1995. A partir de 1996, com a inflação em menor escala, o governo brasileiro proibiu práticas de atualização monetária para fins tributários e societários (BATISTELLA, 2011).

Cabe destacar que, a Resolução nº 750 (1993) do Conselho Federal de Contabilidade elencava a atualização monetária como um princípio fundamental da contabilidade, contudo com a edição da Resolução 1.282 (2010) do referido conselho ela foi revogada como princípio. Contudo, a mesma resolução alterou a redação do princípio do Registro pelo Valor Original, ao determinar que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional. E acrescentou que algumas bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo de diferentes formas, a saber: a) Custo histórico; b) Variação do custo histórico, pois uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores: custo corrente, valor realizável, valor presente, valor justo, e atualização monetária.

3 PROCEDER METODOLÓGICO

Esta pesquisa busca verificar se há diferença de percepção entre grupos de acordo com a sua formação acadêmica, uma vez que parte-se da hipótese que um grupo de profissionais de contabilidade tem uma percepção diferente daqueles com outra formação acadêmica. Subsidiariamente, o estudo também avaliará a hipótese de haver diferença na percepção de inflação de acordo com o gênero.

Para realizar o estudo proposto, foram definidas as questões de partida que serviram de base para a elaboração de questionário eletrônico para avaliação de percepção. De acordo com Martins e Theóphilo (2009), a utilização do questionário é justificada por se tratar de um importante e popular meio de coleta. As perguntas visavam abarcar o assunto correção monetária e inflação de modo sintético, a fim de gerar respostas espontâneas dos participantes do estudo. O questionário eletrônico foi realizado através da plataforma *Survey Monkey*, e seu modelo encontra-se disponível para consulta no Apêndice A. A plataforma foi escolhida por possibilitar a coleta de dados por meio da internet, além de controlar o acesso de acordo com o IP (endereço) de cada computador, de forma que aceita apenas uma resposta por computador.

Para qualificação do respondente e segregação em faixas de análise, foram solicitadas informações a respeito da idade, gênero e formação acadêmica. Optou-se pelos seguintes

cortes por idade: abaixo de 20 anos, acima de 60 anos e de cinco em cinco anos para o intervalo de mais de 20 e menos de 60 anos (vide Tabela 1 e Apêndice A).

Com relação à formação acadêmica, foram segregadas as seguintes faixas:

1. Para os contabilistas, foi solicitado que expusessem o grau de formação em ciências contábeis, a saber: curso técnico, estudante com menos da metade do curso concluído, estudante com mais de metade do curso concluído, graduado em ciências contábeis e mestre ou doutor em ciências contábeis.
2. Para o grupo de não contabilistas, a formação profissional foi dividida em macro-grupos: ciências da saúde, ciências exatas, ciências humanas/sociais – economia, administração e finanças, ciências humanas/sociais – demais, segundo grau completo e formação inferior ao segundo grau.

A estruturação da pesquisa consistiu na elaboração de um único questionário, com dois direcionamentos distintos. O primeiro direcionamento destinou-se aos declarados profissionais de ciências contábeis (tratados nesse trabalho como contabilistas) e o segundo destinou-se à população em geral (tratados como não contabilistas), excluindo-se os profissionais de contabilidade. Os dois direcionamentos tiveram o mesmo objetivo geral de verificar as percepções sobre a inflação, no entanto, foram elaborados de forma distinta para que se adaptassem à realidade dos dois grupos pesquisados. Para permitir uma análise comparativa, foram incluídas duas perguntas comuns sobre inflação para todo o público.

O questionário utilizou uma escala de atitude tipo Likert (MARTINS, THEÓPHILO, 2009), com cinco faixas de pontuação para um grupo de perguntas e com três faixas para outro grupo.

A aplicação do questionário foi realizada de forma aleatória e abrangente por meio de mensagem enviada por meio de endereço eletrônico, disponibilização em rede social e divulgação em site de *internet* de tema correlato (*blog* Contabilidade Financeira, disponível em <http://contabilidadefinanceira.blogspot.com/>). O questionário foi disponibilizado para resposta no período compreendido entre 09 e 21 de novembro de 2011. No período, foram iniciados 592 (quinhentos e noventa e dois) questionários e concluídos 591 (quinhentos e noventa e um). Houve, portanto, a desqualificação de um questionário.

De acordo com as respostas, foram divididos dois grupos, conforme os direcionamentos do questionário. Os grupos são chamados de contabilistas, em que fazem parte os respondentes que declararam serem estudantes, formados ou pós-graduados em Ciências Contábeis e não contabilistas, em que fazem parte os demais respondentes. Os resultados das análises encontram-se detalhados na próxima seção.

Sempre que oportuno, foi executado o teste de adequação de ajustamentos, também denominado teste Qui-quadrado (χ^2), a fim de verificar se há relação significativa entre os resultados. De tal modo, foram elaboradas tabelas de contingências de forma a propiciar a extensão das avaliações sobre a observância dos aspectos metodológicos. Dessa forma, as hipóteses formuladas para o χ^2 foram:

H₀: Não existe discrepância entre as frequências observadas e as frequências esperadas;

H₁: Existe discrepância entre as frequências observadas e as frequências esperadas.

Como limitação do estudo, cabe pontuar que as respostas dos contabilistas incluíram diversos níveis de formação, desde os que informaram possuir curso técnico em contabilidade e estudantes em início de curso a doutores em Ciências Contábeis. Já com relação à população

em geral, a falta de controle sobre o universo de respondentes, uma vez que o acesso ao questionário foi público, não permite fazer uma avaliação mais acurada do perfil dos participantes da pesquisa.

4. RESULTADOS E ANÁLISES

Inicialmente, como detalhado no proceder metodológico, foram questionadas características gerais do participantes de forma a segregar a análise das respostas e opiniões, conforme detalhado na Tabela 1.

Tabela 1: Grupos por faixa etária

Relação	Contabilistas				Não Contabilistas	Total
	Curso técnico	Estudante (graduação)	Graduado	Mestre ou Doutor		
Abaixo de 20 anos	1	11	0	0	21	33
20 - 25 anos	0	22	18	5	31	76
26 - 30 anos	1	6	27	8	55	97
31 - 35 anos	4	4	23	6	72	109
36 - 40 anos	4	0	14	4	71	93
41 - 45 anos	6	0	12	1	49	68
46 - 50 anos	2	1	4	3	27	37
51 - 55 anos	1	1	10	2	38	52
Acima de 60 anos	0	0	2	1	23	26
Total	19	45	110	30	387	591
Percentual	3.21%	7.61%	18.61%	5.08%	65.48%	100.00%

Fonte: Elaboração própria

Os dados da Tabela 1 evidenciam que, da amostra total de 591 respondentes, os contabilistas correspondem a 34,52%, enquanto que os não contabilistas somam 65,48%. Ademais, há uma concentração entre participantes entre 20 e 45 anos (cerca de 75% da amostra). Dos contabilistas, a maioria (53,92%) possui a graduação completa em Ciências Contábeis.

Na amostra total não foi observada concentração em relação a sexo (56,3% correspondem a respondentes homens, enquanto 43,7% mulheres). Cabe salientar, entretanto, que no grupo de contabilistas houve preponderância do gênero masculino (61,8%) enquanto o grupo de não contabilistas apresentou equilíbrio entre gêneros (53% masculino e 47% feminino).

Posteriormente, a percepção geral foi medida por duas perguntas iguais para ambos os grupos, de contabilistas e não contabilistas, com os resultados destacados na Tabela 2:

Tabela 2: Percepção da inflação

Afirmção	Grupo	Não concordo	Concordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo plenamente	Média de avaliação
A inflação atual é alta	Contabilistas	30	52	21	43	17	2,79
	Não contabilistas	68	82	51	103	48	2,95
A inflação afeta o meu poder de compra	Contabilistas	13	32	8	58	52	3,64
	Não contabilistas	4	24	14	134	176	4,29

Fonte: Elaboração própria

A média da avaliação foi acima de 2,5 – considerando que a resposta média está na metade superior da escala, corrobora-se que a percepção geral é de que existe inflação e de que a mesma afeta o poder de compra das pessoas, conforme apresentado na Tabela 2.

Adicionalmente, para validar se há discrepância entre a percepção de inflação de acordo com a formação acadêmica e o gênero, utilizou-se o teste Qui-quadrado (χ^2) sobre as questões comuns para os dois grupos de respondentes, contabilistas e não contabilistas.

Na comparação entre os grupos de contabilistas e não contabilistas para a pergunta: “A inflação atual é alta”, conforme a Tabela 3, a hipótese nula de que as respostas não são discrepantes foi rejeitada (significância menor que 5%), logo a alternativa foi aceita mostrando que há discrepância entre as respostas entre os grupos de contabilistas e não contabilistas.

Tabela 3: χ^2 percepção sobre a afirmação “a inflação atual é alta”

	Qui-Quadrado	Significância	Resultado
Não contadores	29,563	0,000	Rejeita-se H_0
Contadores	25,654	0,000	Rejeita-se H_0

Fonte: Elaboração própria

Em relação à comparação entre os grupos de contabilistas e não contabilistas para a pergunta: “A inflação afeta o meu poder de compra”, também houve discrepância entre as respostas dos grupos, conforme apresentado na Tabela 4.

Tabela 4: χ^2 percepção sobre a afirmação “a inflação afeta o meu poder de compra”

	Qui-Quadrado	Significância	Resultado
Não contadores	354,25	0,000	Rejeita-se H_0
Contadores	60,531	0,000	Rejeita-se H_0

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar os respondentes, efetuando apenas uma segregação de gênero, independente da formação, também se observa que há discrepância entre as opiniões de homens e mulheres como apresentado na Tabela 5, a seguir:

Com relação à pergunta “A inflação atual é alta”, conforme a Tabela 5, os resultados do Qui-quadrado são os seguintes:

Tabela 5: χ^2 percepção por gênero sobre a afirmação “a inflação atual é alta”

	Qui-Quadrado	Significância	Resultado
Não contadores	32,04	0,000	Rejeita-se H_0
Contadores	21,343	0,000	Rejeita-se H_0

Fonte: Elaboração própria

Quanto à análise por gênero da afirmação “A inflação afeta o meu poder de compra”, os resultados apurados, de acordo com a Tabela 6, foram:

Tabela 6: χ^2 percepção por gênero sobre a afirmação “a inflação afeta o meu poder de compra”

	Qui-Quadrado	Significância	Resultado
Homens	234,755	0,000	Rejeita-se H ₀
Mulheres	162,469	0,000	Rejeita-se H ₀

Fonte: Elaboração própria

4.1 GRUPO DE NÃO CONTABILISTAS

A opinião do grupo de não contabilistas corroborou a hipótese de que existe inflação e de que esta afeta o poder de compra das pessoas. A amostra foi composta por uma montante inicial de 387 (trezentos e oitenta e sete) respondentes, com 342 (trezentos e quarenta e dois) concluintes, perfazendo a amostra final da análise.

Conforme demonstrado na Tabela 7, 88% da amostra (302 respondentes) afirmam saber o que é a inflação, concordando ou concordando plenamente, ao tempo que 95% (326 respondentes) concordam ou concordam plenamente com a afirmativa de que hoje existe inflação. As médias da avaliação na escala para as afirmativas foram próximas a 5, podendo-se concluir que a opinião é relevante

No entanto, a média de avaliação sobre a afirmativa de que a inflação atual é alta ficou mais próxima à média da escala e, embora apresente uma tendência à concordância do grupo em relação à afirmativa, não ficou muito distante da assertiva de não concordo nem discordo.

A opinião dos não contabilistas em relação ao impacto no poder de compra pela inflação foi de concordância, apresentando média superior na escala de 4,29, corroborando o fato de que embora não haja consenso em relação à afirmativa da inflação ser ou não alta, o seu impacto no poder de compra é reconhecido.

De uma forma geral, os respondentes não concordam que os aumentos salariais compensam a inflação, observando-se uma média de avaliação de 1,72, média inferior da escala.

Tabela 7: Opinião do grupo de não contabilistas quanto a inflação

Afirmativas	Não concordo	Concordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo plenamente	Média de avaliação
Eu sei o que é inflação.	9	25	16	142	160	4,19
Hoje existe inflação.	9	12	5	135	191	4,38
A inflação atual é alta.	68	82	51	103	48	2,95
A inflação afeta o meu poder de compra.	4	24	14	134	176	4,29
Os aumentos salariais que recebo compensam a inflação.	218	59	38	29	8	1,72

Fonte: Elaboração própria

A opinião dos respondentes quanto à característica da inflação ser ruim, poder ser boa ou ser boa não foi concludente, tendo em vista que todas as respostas de média de avaliação

se aproximaram da média da escala. No entanto, houve uma leve tendência a não concordar que a inflação seja boa, conforme Tabela 8.

Tabela 8: Opinião quanto a características da inflação

	Não concordo	Concordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo plenamente	Média de avaliação
Qualquer inflação é ruim.	105	75	44	73	55	2,71
A inflação pode ser boa.	100	76	33	112	31	2,71
A inflação é boa.	223	53	65	7	4	1,63

Fonte: Elaboração própria

Embora não haja consenso quanto à característica da inflação, quando estabelecido parâmetro para medir a inflação, a maioria (80%) concorda que ela é alta acima de 5% ao mês. A inflação acima de 10% ao mês é considerada alta para 99% da amostra. Para a inflação acima de 1% ocorreu uma divisão de opiniões, onde 39% acreditam que seja razoável e 38,6% da amostra acreditam que ela seja alta.

Tabela 9: Opinião sobre a inflação ser ou não alta

	É baixa	É razoável	É alta
Acima de 1% ao mês	78	138	136
Acima de 5% ao mês	2	67	283
Acima de 10% ao mês.	1	2	349

Fonte: Elaboração própria

4.2 GRUPO DE CONTABILISTAS

A pesquisa para os respondentes classificados como contabilistas teve como foco a percepção quanto ao impacto da inflação e a correção monetária dos balanços das empresas, corroborando o entendimento de que a inflação impacta os balanços das empresas e o fim da correção monetária dos balanços não foi oportuna.

A amostra dos contabilistas consistiu inicialmente em 204 (duzentos e quatro) respondentes, sendo registrados 163 (cento e sessenta e três) concluintes que compuseram a amostra final, base da análise.

A verificação de se o fim da correção monetária dos balanços foi oportuno não proporcionou opinião conclusiva, tendo em vista que, conforme demonstrado na Tabela 10, a média de avaliação do fim da correção monetária de 2,58, ficando aproximadamente na média da escala.

No entanto, a opinião de que não há necessidade de correção monetária de balanços atualmente, embora também próxima da média, apresentou uma tendência à discordância.

A afirmativa de que a inflação deve ser repassada aos balanços através de correção monetária apresentou maior concordância, com média de escala de 3,17.

A inflação atual causa distorção no balanço das empresas foi a afirmativa que mais apresentou concordância na pesquisa direcionada aos contabilistas, já que a média da escala

foi de 3,37, posicionando-se, portanto, na média superior, sendo que 58,9% concordaram ou concordaram totalmente.

Das pesquisas concluídas pelos contabilistas, 57,67% das respostas indicaram que não concordam ou concordam pouco com a afirmação de que a inflação atual é compensada de alguma forma nos demonstrativos contábeis das empresas, sendo que 27,61% concordam ou concordam plenamente que ela é de alguma forma compensada.

Tabela 10: Percepção dos contabilistas quanto à inflação e correção monetária

Afirmativa	Não concordo	Concordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo plenamente	Média de avaliação
O fim da correção monetária de balanços foi oportuno.	54	33	23	33	20	2,58
Não há necessidade de fazer a correção monetária de balanços atualmente.	71	27	16	32	17	2,37
A inflação deve ser repassada aos balanços através de correção monetária.	30	26	21	59	27	3,17
A inflação atual causa distorção no balanço das empresas.	19	35	13	58	38	3,37
A inflação atual é compensada de alguma forma nos demonstrativos contábeis das empresas.	57	37	24	38	7	2,39

Fonte: Elaboração própria

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo realizar uma pesquisa de percepção sobre a inflação e a correção monetária de balanços. Para isso, efetuou um levantamento junto a contabilistas e não contabilistas mediante aplicação de questionário eletrônico.

Os resultados apurados apontam para que a inflação é percebida como presente na atualidade, afetando o poder de compra da sociedade como um todo. Seguindo a mesma percepção, os contabilistas acreditam que os balanços das empresas são afetados pela inflação e de uma forma geral não há concordância de que o fim da correção monetária foi oportuno.

Os principais resultados demonstram a percepção geral é de que existe inflação e que ela afeta o poder de compras atual da população. Para o grupo de não contabilistas, a média de avaliação sobre a afirmativa de que a inflação atual é alta ficou próxima à média da escala e, embora apresente uma tendência à concordância do grupo em relação à afirmativa, não se pode aceitar que essa é a percepção atual do grupo. Já no que tange a correção monetária, os

contabilistas acreditam que a inflação causa distorção nos demonstrativos contábeis das empresas e o estudo corrobora a ideia de que o fim da correção monetária não é percebido como oportuna. Os contabilistas entendem que mecanismos para repassar a inflação aos demonstrativos é necessária, pela distorção que pode ocorrer com as informações não indexadas. 57,6% dos contabilistas acreditam que, mesmo sem uma previsão legal, a inflação atual vem sendo compensada de alguma forma nos demonstrativos das empresas atualmente.

Em termos comparativos, o trabalho ainda corroborou a hipótese de que existe discrepância na percepção da inflação entre o grupo de contabilistas e não contabilistas, e que, de maneira geral, os homens e mulheres também possuem percepção discrepante sobre se a inflação atual é alta e se compromete o poder de compra do respondente.

Esse trabalho contribui com a literatura sobre a inflação e a correção monetária de balanços ao apurar como é a percepção de um grupo de contabilistas e de outro sem formação na área contábil acerca da inflação. Como sugestão de pesquisa futura, o presente trabalho pode ser ampliado para abarcar uma amostra maior de respondentes, bem como incluir um maior detalhamento sobre questões levantadas, de modo a explicitar, por exemplo, se pessoas mais velhas, por terem vivido um período de hiperinflação, possuem conceitos de inflação alta e baixa divergentes dos de pessoas mais jovens.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Relatório de Inflação, volume 13, nº 3. 2011.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 24 nov. 2011.

BATISTELLA, Flávio Donizete. **Reavaliação de ativos e correção monetária integral no Brasil: Um Estudo de Value Relevance.** Tese de Doutorado (Contabilidade e Controladoria) Curso de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2011.

BRASIL. LEI N.º 8.880 de 27 de maio de 1994. Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor (URV) e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 de maio de 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8880.htm>. Acesso em: 23 nov. 2011.

BRASIL. LEI N.º 9.249 de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 de dez. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9249.htm>. Acesso em: 23 nov. 2011.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Instrução CVM nº 191**, de 15 de julho de 1992. Institui a Unidade Monetária Contábil, altera e consolida a Instrução CVM nº 64 de 19 de maio de 1987. Disponível em <<http://www.cvm.org.br>>, acesso 23 nov. 2011.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Instrução CVM nº 64**, de 19 de maio de 1987. Dispõe sobre as demonstrações contábeis complementares em moeda de capacidade aquisitiva constante. Disponível em <<http://www.cvm.org.br>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

DORNBUSCH, Rudiger. **Brazil's incomplete stabilization and reform.** Brookines Papers on Economic Activity, 1:1997.

FONSECA, Eduardo Giannetti da. **Ética e inflação**. Braudel Papers – Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial (Associado à FAAP) n1. 1993. Disponível em <<http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/01.php>>. Acesso em: 25 nov. 11.

IUDICIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações** (Aplicável a todas as sociedades). 1 ed; 4 reimpressão. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Gilberto Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Eliseu. Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica. **Cadernos de Estudos**. São Paulo, FIPECAFI. v. 13, n. 24, p. 28-37. jul./dez. 2000.

MENDES, Paulo César de Melo. **Preços setoriais x Índices de preço por atacado: possíveis implicações da correção monetária nas demonstrações financeiras no período de 1995 a 2001**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Brasília, 2003.

MONTEIRO, Paulo Roberto Anderson; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. **Análise comparativa das demonstrações contábeis Elaboradas pela legislação societária e em moeda Constante: um estudo de caso**. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p.1, jan./jun. 2006.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PADOVEZE, Clovis Luiz. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SILVA, Adroaldo Moura da. Inflação: reflexões à margem da experiência brasileira. **Revista de Economia Política**, v. 1. n. 3, jul./set. 1981.

SIMONSEN, Mário Henrique. Inflação Brasileira: lições e perspectivas. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 4, out./dez. 1985.

APÊNDICE A: Questionário aplicado

Figura 1: Dados gerais sobre o respondente do questionário

Gostaríamos de saber o seu perfil

Por favor preencha as informações a seguir:

***1. Qual a sua faixa etária**

***2. Sexo**

Masculino Feminino

***3. Tem formação em ciências contábeis**

Não.

Sim, tenho curso técnico em contabilidade.

Sim, sou estudante e ainda estou no começo do curso.

Sim, sou estudante e já fiz mais da metade do curso.

Sim, sou formado em ciências contábeis.

Sim, sou mestre ou doutor em ciências contábeis.

Fonte: Elaboração própria

Figura 2: Questionário aplicado a participantes não formados em Ciências Contábeis

Questionário para não contadores

Aqui os não contadores participantes da pesquisa darão sua percepção.

***4. Se você não tem formação em Ciências Contábeis, qual a área que melhor descreve a sua formação? Observação: caso você tenha mais de uma formação, informe a que você julga ter mais relação com o seu dia a dia.**

Ciências da Saúde (Medicina, Odontologia, Fisioterapia, etc)

Ciências Exatas (Engenharia, Arquitetura, Computação, etc).

Ciências Humanas / Sociais - Grupo 1 (Economia, Administração, Finanças)

Ciências Humanas / Sociais - Grupo 2 (Direito, Psicologia, Comunicação, e demais ciências humanas / sociais).

Segundo grau completo

Formação inferior ao segundo grau

***5. Com relação à inflação por favor responda as perguntas a seguir, de acordo com a sua percepção.**

	Não concordo	Concordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo plenamente
Eu sei o que é inflação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Hoje existe inflação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A inflação atual é alta.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A inflação afeta o meu poder de compra.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os aumentos salariais que recebo compensam a inflação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

***6. Com relação à inflação, dê sua opinião:**

	Não concordo	Concordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo plenamente
Qualquer inflação é ruim.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A inflação pode ser boa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A inflação é boa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Se julgar necessário, faça comentários sobre esse item:

***7. Você considera que inflação**

	É baixa	É razoável	É alta
Acima de 1% ao mês	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acima de 5% ao mês	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acima de 10% ao mês.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Fonte: Elaboração própria

Figura 3: Questionário aplicado a participantes formados em Ciências Contábeis

Questionário para contadores					
Aqui os contadores responderão ao questionário!					
* 8. Com relação à inflação e correção monetária de demonstrações financeiras, por favor responda:					
	Não concordo	Concordo pouco	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo plenamente
O fim da correção monetária de balanços foi oportuno.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não há necessidade de fazer a correção monetária de balanços atualmente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A inflação deve ser repassada aos balanços através de correção monetária.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A inflação atual causa distorção no balanço das empresas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A inflação atual é compensada de alguma forma nos demonstrativos contábeis das empresas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A inflação atual é alta.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A inflação atual afeta o meu poder de compra.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Fonte: Elaboração própria